



Estado do Tocantins  
Poder Legislativo

Gabinete do Deputado **EDUARDO MANTOAN**

DIRLEG-AL

À Publicação e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 26 / 11 / 2025

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 498 /2025.

Altera a Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:**

Art. 1º A Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 111 .....

III – por oito dias consecutivos, em razão de:

.....

c) pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos ou curatelados, e avós, desde que detentores do patrio poder durante a sua infância e adolescência. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Tocantins  
Poder Legislativo  
Gabinete do Deputado **EDUARDO MANTOAN**

### JUSTIFICATIVA

O Estatuto do Servidor Público do Estado do Tocantins prevê algumas concessões de ausência do servidor desde que atendidas algumas circunstâncias fáticas, como é o caso de falecimento de alguns familiares com grau de parentesco de até 2º grau, como é o caso do irmão, e àqueles casos de falecimento de parente com vínculo de afinidade (art. 1.591 e seguintes do Código Civil).

Os avós, tidos como parentes de 2º grau em linha reta, não foram incluídos pelo legislador ordinário, valendo destacar que mesmo na Lei nº 8.112/1990, em seu artigo 97, inciso III, alínea “b”, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais, igualmente, não prevê a concessão de ausência no serviço por falecimento dos avós.

Contudo, veio ao conhecimento deste Deputado, a circunstância fática de que diversos servidores públicos estaduais tiveram os avós, maternos ou paternos, como pais, exercendo efetivamente o pátrio poder durante a infância e a adolescência, seja por falecimento, abandono ou por perda do pátrio poder.

Deste modo, entendo que caso o servidor público faça comprovação de que foram criados pelos avós através de procedimento administrativo, munido de documentação suficiente para demonstrar que houve o exercício do pátrio poder pelos avós durante a infância e a adolescência, de forma ininterrupta, deve ser concedido a “licença luto” de 8 (oito) dias, como ocorre com o falecimento de pai e mãe.

Em razão do exposto, submetemos à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins o Projeto de Lei em epígrafe e esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação.

**Sala da Sessões**, em 14 de novembro de 2025.

**EDUARDO**  
**MANTOAN:0**  
**0499238974**  
**EDUARDO MANTOAN**  
Deputado Estadual

Assinado de forma  
digital por EDUARDO  
MANTOAN:0049923897  
4  
Dados: 2025.11.14  
11:25:18 -03'00'

Imprimir



**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento:

**Pc92463c5900820183e202d81769af5bfK15449**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **EDUARDO MANTOAN**

Enviada por: **EDUARDO MANTOAN MANTOAN**  
(dep.eduardo.mantoan)

Descrição: **Altera a Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins.**

Data de Envio: **14/11/2025 11:31:02**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
EDUARDO MANTOAN

